



ESPAÇO DAS ÁGUAS

Plenária do CBH Piancó-Piranhas-Açu delibera pela prorrogação do mandato dos seus membros



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio **PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU**

A 10ª Reunião Extraordinária aconteceu de forma online, através da plataforma Microsoft Teams, por causa da Pandemia da Covid-19

O mandato dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) foram prorrogados por mais seis meses. A decisão foi tomada pela plenária durante realização da 10ª Reunião Extraordinária, que aconteceu nesta sexta-feira (28/05) tendo como pauta o Processo Eleitoral para renovação dos seus membros, Gestão 2021-2025.

Foi também deliberado que as discussões relativas ao Processo Eleitoral será ponto de pauta durante realização da 24ª Reunião Ordinária do Comitê, que acontecerá dia no segundo semestre de 2021, dia 25 de Novembro. A prorrogação do mandato foi motivada pelas atuais condições sanitárias que impõe restrições a sociedade para contenção do contágio da Covid-19.

“Foi uma decisão sensata dos membros do comitê, uma vez que estamos passando por problemas sanitários sério em todo o Brasil. Um processo eleitoral para renovação dos membros requer uma ampla mobilização social que contraria as questões de isolamento social impostas pela pande-

mia”, destacou o presidente Paulo Varela.

Formação do comitê

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu é formado por quarenta membros titulares e suplentes e seguem as seguintes representações: dois representantes da União, seis representantes dos Governos da Paraíba e do

Rio Grande do Norte, cinco representantes dos Governos Municipais, sendo 3 da Paraíba e 2 do RN, 16 representantes dos Usuários de Água, e 11 representantes das entidades civis de recursos Hídricos.

A estrutura do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu é compreendida de um Plenário, uma Diretoria Colegiada e uma Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI).

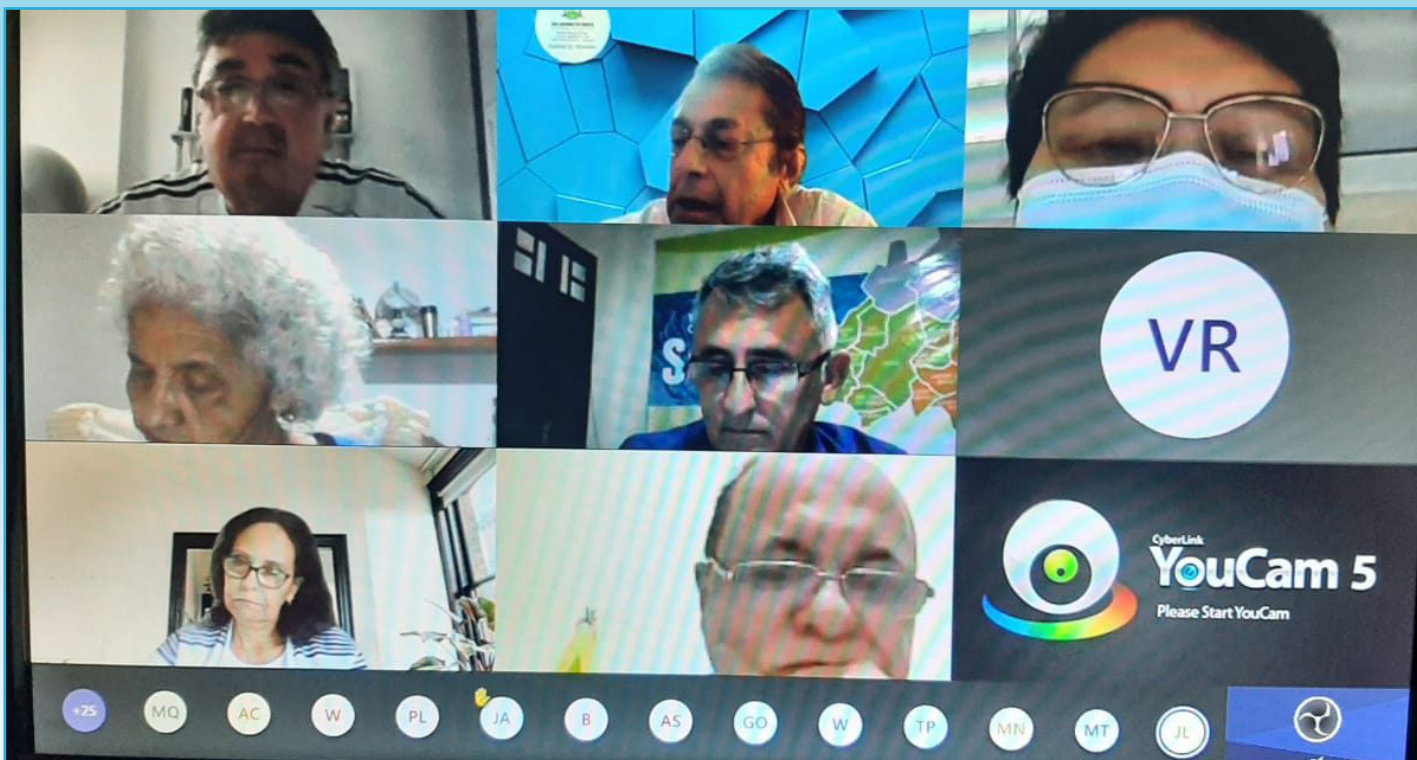
**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA**
da Bacia Hidrográfica dos
Rios Piancó-Piranhas-Açu

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU



CBH decide convocar Reunião Extraordinária para discutir Processo Eleitoral



A 10ª Reunião Extraordinária aconteceu de forma online, através da plataforma Microsoft Teams, por causa da Pandemia da Covid-19

A plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu esteve reunida neste dia 13 de maio de 2021 durante realização da 23ª Reunião Ordinária. Esta foi a primeira reunião em 2021, realizada de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, tendo em vista as medidas de prevenção contra Covid-19.

Por decisão da Plenária, o debate sobre o processo eleitoral para renovação dos membros do comitê, quadriênio 2021-2025, acontecerá durante realização de reunião extraordinária, que será realizada dia 28 de maio de 2021, com início às 14h00 e término às 17h00.

“Chegamos ao consenso de que seria mais pertinente marcar uma outra reunião, que então seria extraordinária, para debater exclusivamente o nosso processo eleitoral. É um assunto mais complexo e que precisa de mais debates e de posicionamento dos membros”, destacou o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu, Paulo Varela.

Ao final da reunião foram deliberados os seguintes pontos:

1 – Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada de forma virtual, dia 27.10.2020

2 – Aprovação da Deliberação nº 030/2021 que “aprova o calendário de Reu-

niões Ordinárias do CBH Piancó-Piranhas-Açu, Ano 2021”

3 – A Diretoria Colegiada irá expedir Ofício Circular convocando os membros do CBH PPA para participarem da 10ª Reunião Extraordinária, tendo essa como pauta exclusiva as discussões inerentes ao “Processo Eleitoral para renovação dos seus membros, Gestão 2021-2025.

4 – O Sr. Paulo Lopes Varela Neto, Presidente do CBH PPA, atendendo solicitação do Sr. Francisco José Bernardino (Pila), manterá diálogo com representantes do DNOCS para solicitar desta Instituição uma “apresentação do projeto

técnico de recuperação e adequação do reservatório Engenheiro Avidos.

5 – O Sr. Paulo Lopes Varela Neto, Presidente do CBH PPA, atendendo solicitação do Sr. Francisco José Bernardino (Pila), manterá articulação junto ao MDR e DNOCS na perspectiva de agilizar o projeto de modernização do Perímetro Irrigado de São Gonçalo – PISG.

“Vamos dar seguimento a todas essas demandas para que a construção da Política de Recursos Hídricos possa avançar, sobretudo com as questões de gestão dos Recursos Hídricos da nossa Bacia”, destacou o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica, Paulo Varela.



Implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos da Bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu atinge 60%

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS
da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU

As conclusões do estudo da ANA servirão para o processo de revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Piancó-Piranhas-Açu

Nesta quinta-feira, 13 de maio, durante reunião plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) por videoconferência, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) apresentou o segundo estudo sobre a implementação das ações do Plano de Recursos Hídricos do Rio Piancó-Piranhas-Açu (PRH PPA). De acordo com a avaliação da ANA, o desempenho global de implementação das ações previstas chegou a 60,6% em fevereiro deste ano.

As ações do PRH PPA são divididas em três grandes grupos com um total de 63 iniciativas: Gestão de Recursos Hídricos, Estudos de Apoio, além de Estudos e Projetos de Medidas Estruturantes. Considerando todos eles conjuntamente, a implementação das ações saltou de 41,8% para 60,6% entre julho de 2019 e fevereiro de 2021 – últimos dois períodos de avaliação.

O maior avanço aconteceu no componente de Gestão de Recursos Hídricos, que passou de 49% para 76% no período, sendo que suas ações estão relacionadas à regulação, fortalecimento institucional do CBH PPA e consolidação dos instrumentos de gestão da água. Em Estudos de Apoio a evolução foi de 33% para 56%, enquanto para Estudos e Projetos de Medidas Estru-

tuantes a variação foi de 40% para 48%. A ANA avalia que esse componente que menos avançou necessita de maior atenção, já que ele contém ações para aumentar a oferta de água e sua qualidade na bacia, assim como iniciativas para recuperar ou adequar a infraestrutura hídrica da região.

As conclusões do estudo da ANA servirão para o processo de revisão do Plano, que foi aprovado em 2016 com um horizonte de 20 anos para ser concluído, sendo que a cada cinco anos acontecem ciclos para que o PRH PPA seja implementado. Num contexto de baixa disponibilidade hídrica e elevada demanda de água – principalmente para abastecimento humano e irrigação – e de poluição decorrente da precária infraestrutura de saneamento das cidades, a gestão da água na bacia se torna ainda mais desafiadora. Com isso, a alocação de água e a operação dos reservatórios da região passam a ser questões centrais do Plano.

Essa análise de desempenho da implementação do PRH PPA faz parte tanto do processo de melhoria contínua da implementação dos planos de recursos hídricos, realizado pela ANA, quanto da revisão desses instrumentos de planejamento e de seus manuais operativos. Nesse senti-

do, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico está finalizando o Manual para Avaliação de Desempenho da Implementação de Planos de Recursos Hídricos, o qual poderá ser usado por instituições envolvidas na implementação de ações e projetos dos planos.

Previstos pela Política Nacional de Recursos Hídricos, os planos de recursos hídricos são documentos que definem a agenda das águas de uma região, incluindo informações sobre ações de gestão, projetos, obras e investimentos prioritários numa bacia hidrográfica ou num conjunto de bacias. Além disso, fornecem dados atualizados que contribuem para o enriquecimento das bases de dados da ANA e, consequentemente, para a gestão das águas.

A partir de uma visão integrada dos diferentes usos diferentes usos da água, os planos são elaborados em três níveis: bacia hidrográfica, nacional e estadual. Esses documentos também contam com o envolvimento de órgãos governamentais, da sociedade civil, dos usuários e de diversas instituições que participam do gerenciamento dos recursos hídricos. Saiba acesando o site <https://www.gov.br/ana/pt-br>



Na Paraíba, AESA inicia projeto Comitês nas Escolas

COMITÊS NAS ESCOLAS



A 10ª Reunião Extraordinária aconteceu de forma online, através da plataforma Microsoft Teams, por causa da Pandemia da Covid-19

Estão abertas as inscrições para o projeto Comitê nas Escolas, que vai promover capacitação gratuita sobre gestão de recursos hídricos para professores da rede pública. Para participar do programa, fruto de parceria entre o Governo do Estado, por meio da Agência Executiva de Gestão das Águas (Aesa), e os Comitês de Bacias Hidrográficas da Paraíba, os interessados devem enviar um e-mail para comitesnasescolas@gmail.com.

Os participantes terão direito a um kit educativo. Os materiais foram desenvolvidos para abordar, de maneira dinâmica, a importância da proteção e gestão dos recursos hídricos. “Inicialmente, as capacitações e os conteúdos foram propostos para o ensino presencial, mas em função da pandemia, as apostilhas foram elaboradas no formato digital e a metodologia das capacitações voltada para o sistema online”, explicou a vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte, Mirella Motta.

A capacitação virtual terá 15 horas de duração e ao final deste processo, o professor receberá certificado de aprovação. O kit educativo Comitês nas Escolas será disponibilizado para download nos sites aesa.pb.gov.br e aguasdaparaiba.com.br. Por conta da pandemia, a data de início do projeto ainda não foi definida, mas a meta é começar no primeiro semestre deste ano nas regiões de abrangência das bacias dos rios Gramame e Abiaí, área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral

Sul. Essa fase contemplará 50 instituições de ensino da 1ª e 12ª Gerência Regional de Educação da Paraíba (GRE-PB).

Outras 87 escolas da 2ª e 14ª GRE, situadas nas regiões de abrangência do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte devem ser contempladas no segundo semestre. Na terceira etapa serão atendidas 164 escolas da 3ª, 4ª e 5ª GRE localizadas na região no alto e médio rio Paraíba. Na sequência o projeto Comitê nas Escolas atenderá outras 146 escolas da 1ª e 12ª GRE, na região do baixo rio Paraíba.

“Este projeto que já chega com um grande alcance. Se formos imaginar o público que vai ser beneficiado por ele, veremos que são professores e alunos de muitas escolas. Estudantes que moram no interior do Estado, filhos de agricultores.

Importante destacar que os recursos para este programa vêm da contribuição de quem usa água bruta, da cobrança da água na Paraíba. A ação ambiental faz parte do plano de aplicação destes recursos”, destacou o diretor executivo administrativo financeiro da Aesa, Joacy Mendes Nobrega.

O Comitê nas Escolas foi lançado no dia 24 de março de 2021, na Semana Estadual de Mobilização em Defesa da Água. Além do Governo do Estado e Aesa, também contribuem para o projeto: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (Seirhma), Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema).

COMITÊS NAS ESCOLAS



Promove capacitação gratuita sobre recursos hídricos para professores da rede pública

Interessou? Manda e-mail para comitesnasescolas@gmail.com



Governo inicia consultas públicas para atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos do RN



As consultas foram divididas com base na regionalização que levou em consideração características das regiões do Rio Grande do Norte

O Governo do RN, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) realizou a segunda rodada de consultas públicas para a conclusão da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). O evento aconteceu de forma remota, por causa da pandemia da covid-19 durante a segunda quinzena do mês de abril. O evento discutiu a minuta do documento com a sociedade civil e instituições com atuação em áreas relevantes da região do Seridó, do Baixo Açu e Mato Grande.

Ao abrir o evento, o secretário de Estado do meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, João Maria Cavalcanti, ressaltou a importância de um Plano de Recursos Hídricos para o Estado: “O PERH é um instrumento de gestão, efetivamente capaz de delinear as ações da nossa política, permitindo garantir o uso dos recursos hídricos, sustentando a qualidade, disponibilidade, conservação e aproveitamento de forma racional”.

As seis consultas públicas foram divididas com base na regionalização proposta, que levou em consideração características semelhantes tanto dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos como das demandas e potencialidades. Os representantes do consórcio contratado para executar o trabalho, formado pela Hidroconsult e Engecorps Engenharia, apresentaram o que

já foi mapeado em relação à disponibilidade e demanda, bem como as primeiras propostas de intervenções de obras hídricas a curto, médio e longo prazo.

“É importante que a sociedade participe dessa última etapa das discussões, pois ainda dá tempo para contribuir apresentando experiências e peculiaridades da sua região, caso não tenha sido ainda contemplado no documento, atualmente em fase de conclusão pela Semarh. A contribuição da sociedade é muito importante para que possamos fazer uma gestão de recursos hídricos cada vez mais eficiente aqui no nosso Rio Grande do Norte”, frisa Carlos Nobre, secretário adjunto.

Pela região do Seridó participa-

ram representantes da prefeitura de Jucurutu, Caicó, São José do Seridó, Florânea, Jardim do Seridó, Currais Novo, Tenente Laurentino Cruz, Santana do Seridó, Timbaúba dos Batistas e Lagoa Nova e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu. Também estavam presentes representantes da Agência Nacional de Águas, Mandato Dep. Estadual Francisco do PT. Pelo Mato Grande e Vale do Açu, participaram gestores de João Câmara, Jandaíra, Assu, São Bento do norte, Jandaíra, Lajes e AMCEVALE/Consórcio do Vale.

Os eventos prosseguem nas próximas semanas com discussão do documento com a sociedade do Trairi e Leste Potiguar com a região do Alto Oeste e Chapada do Apodi.





Reservas Hídricas do RN chegam a 51% da sua capacidade



O relatório indica que as reservas hídricas superficiais no RN somam 2.236.576.055 m³, correspondente a 51,10% da capacidade total

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Instituto de Gestão das Águas do RN (Igarn), monitora 47 reservatórios, com capacidades superiores a 5 milhões de metros cúbicos, responsáveis pelo abastecimento das cidades potiguares. O Relatório do Volume dos Principais Reservatórios Estaduais, divulgado no mês de maio, indica que as reservas hídricas superficiais totais do RN somam 2.236.576.055 m³, correspondentes a 51,10% da sua capacidade total, que é de 4.376.444.842 m³. No relatório divulgado no dia 17 de maio, as reservas hídricas estaduais eram de 2.228.895.649 m³, equivalentes a 50,92% do seu volume total.

A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, maior reservatório do RN, acumula 1.425.631.552 m³, percentualmente, 60,08% da sua capacidade total, que é de 2.373.066.510 m³. No dia 17 de maio, o manancial estava com 1.428.340.447 m³, correspondentes a 60,19% do seu volume total.

Já a barragem Santa Cruz do Apodi, segundo maior reservatório do RN, acumula 256.716.675 m³, equivalentes a 42,81% da sua capacidade total, que é de 599.712.000 m³. Este já é o maior volume acumulado pelo manancial desde novembro de 2014. No relatório da semana passada a barragem estava com 249.760.110 m³, correspondentes a 41,65% do seu volume total.

A barragem Umari, localizada em Upanema, acumula 215.553.394 m³, percentualmente, 73,61% da sua capa-

cidade total, que é de 292.813.650 m³. No dia 17 de maio, o manancial estava com 215.976.513 m³, correspondentes a 73,76% do seu volume total.

Outro manancial que continua recebendo aporte hídrico é a barragem de Pau dos Ferros, que acumula 30.448.229 m³, equivalentes a 55,52% da sua capacidade total, que é de 54.846.000 m³. Na última segunda-feira (17), o reservatório estava com 27.542.144 m³, correspondentes a 50,22% do seu volume total.

O açude Bonito II, localizado em São Miguel, acumula 2.653.500 m³, equivalentes a 24,42% da sua capacidade total, que é de 10.865.000 m³. No dia 17 de maio, o reservatório estava com 2.212.800 m³, percentualmente, 20,37% do seu volume total.

O reservatório Rodeador, localizado em Umarizal, acumula 20.986.637 m³, correspondentes a 98,05% da sua capacidade total, que é de 21.403.850 m³. No relatório da semana passada, o açude estava com 20.284.035 m³, equivalentes a 94,77% do seu volume total.

O açude Apanha Peixe, localizado em Caraúbas, acumula 8.766.667 m³, percentualmente, 87,67% da sua capacidade total, que é de 10 milhões de metros cúbicos. No dia 17 de maio, o reservatório estava com 8.416.667 m³, correspondentes a 84,17% do seu volume total.

Até o momento, seis reservatórios, com mais de 5 milhões de metros cú-

bicos, monitorados pelo Igarn, continuam com 100% da sua capacidade: o açude de Encanto, o açude de Marcelino Vieira, o açude Riacho da Cruz II, Santana, localizado em Rafael Fernandes, Passagem, localizado em Rodolfo Fernandes e Flechas, localizado em José da Penha.

Os reservatórios monitorados pelo Igarn, em nível de alerta, com menos de 10% das suas capacidades são: Zangarelhas, localizado em Jardim do Seridó, Itans, localizado em Caicó e Esguicho, localizado em Ouro Branco. Passagem das Traíras, localizado em São José do Seridó, continua em reforma.

Os mananciais monitorados que continuam secos, são: Inharé, localizado em Santa Cruz e Trairi, localizado em Tangará.

Situação das Lagoas

A lagoa de Extremoz, responsável pelo abastecimento de parte da zona norte da capital, acumula 11.019.525 m³, que correspondem a 100% da sua capacidade. Já a lagoa do Bonfim, responsável pelo abastecimento da adutora Monseñor Expedito, acumula 42.643.686 m³, percentualmente, 50,6% do seu volume total, que é de 84.268.200 m³. A lagoa do Boqueirão, que atende a usos diversos, acumula 11.074.800 m³, correspondentes a 93,7% da sua capacidade total, que é de 11.074.800 m³.



ANA e OCDE realizam workshop sobre Governança da Água na bacia do Piancó-Piranhas-Açu (RN/PB)



Durante o workshop, os desafios relacionados à governança da bacia foram detalhados, além da discussão da manutenção da e operação hídrica

Entre 25 e 28 de maio, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizaram o Workshop Governança na Bacia do Piancó-Piranhas-Açu. O encontro aconteceu pela plataforma Zoom sempre das 10h às 13h (horário de Brasília) e com tradução simultânea para português.

Durante o workshop os desafios relacionados à governança da bacia hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu (PB/RN) foram detalhados, sendo que a governança da água é uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis de governo. Além disso, foram debatidas tanto as questões referentes ao modelo institucional de manutenção e operação da infraestrutura hídrica presente na região quanto as temáticas que dizem respeito às formas de mobilização e engajamento dos atores presentes e responsáveis pela implementação do Plano de Recursos Hídricos do Rio Piancó-Piranhas-Açu (PRH PPA).

Na terça-feira, aconteceu a abertura do encontro com as participações da diretora-presidente da ANA, Christianne Dias, e do diretor da autarquia Oscar Cordeiro Netto. Também estão previstas as participações da chefe da Divisão de Cidades, Políticas Urbanas e Desenvolvimento Sustentável da OCDE, Aziza Akhmouch; do secretário nacional de Segurança Hídrica do Ministé-

rio do Desenvolvimento Regional, Sérgio Costa; e do presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), Paulo Varella.

Ainda no primeiro dia do Workshop Governança na Bacia do Piancó-Piranhas-Açu, a representante do Escritório de Planejamento Hidrológico da Bacia do Rio Júcar, Laura Ballesteros, falou sobre o estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Júcar, que fica na Espanha.

Em 26, 27 e 28 de maio foram apresentados respectivamente os seguintes estudos de caso: da Agência de Água do Rhône-Méditerranée-Corse e da transposição de água do Canal de Provence (França); da bacia do rio Colorado (Estados Unidos); e do modelo hidroeconômico CALVIN na Califórnia (Estados Unidos).

Com área total de 43.683 km², a bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu é a maior da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental, sendo que 60% de seu território ficam na Paraíba e os 40% restantes, no Rio Grande do Norte. Totalmente inserida em região de clima semiárido, a bacia tem chuvas concentradas em poucos meses do ano e anos que alternam precipitações acima da média com períodos de secas prolongadas e baixa disponibilidade de água. Assim como os demais rios da bacia, o rio Pian-

có-Piranhas-Açu é intermitente em condições naturais, ou seja, ele seca durante os períodos mais secos.

Para que tenha água durante todo o ano, o Piancó-Piranhas-Açu recebe contribuição das águas de dois reservatórios de regularização construídos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS): Curema/Mãe d'Água (PB) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN). Ambos são as principais fontes hídricas da bacia e atendem até mesmo demandas de água de outras bacias adjacentes.

De acordo com o Censo 2010, a população da bacia é de aproximadamente 1,4 milhão de habitantes, dos quais 69% vivem em centros urbanos e 31% em áreas rurais. Nela a água é utilizada para irrigação difusa, irrigação em perímetros públicos, abastecimento humano, dessedentação animal, lazer, produção energética e aquicultura. A bacia do Piancó-Piranhas-Açu é receptora de água do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) para que as atividades econômicas possam ser viabilizadas.

Previstos pela Política Nacional de Recursos Hídricos, os planos de recursos hídricos são documentos que definem a agenda das águas de uma região, incluindo informações sobre ações de gestão, projetos, obras e investimentos prioritários numa bacia hidrográfica.



Presidente do CBH PPA destaca fortalecimento da gestão compartilhada durante workshop da ANA e da OCDE



O presidente, Paulo Varela, fez uso da palavra representando os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu, Paulo Varela, fez uso da palavra durante a abertura do Workshop sobre Governança da Água no Piancó-Piranhas-Açu. Em sua fala, Varela destacou o fortalecimento da gestão compartilhada de recursos hídricos na bacia e as ações que estão sendo desenvolvidas para melhorar o uso da água entre a população que vive nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

“É preciso que a gente tenha gestão dos recursos hídricos, com infraestrutura adequada e uma distribuição equivalente. Nós estamos avançando nessa realidade com a alocação das águas dividindo, quan-

do termina cada período chuvoso, para os habitantes dos dois estados até numa perspectiva de compartilhar mais do que dividir ou disputar. A voz da bacia hoje é o comitê numa dimensão bem ampla com os diversos segmentos da sociedade”, destacou.

Sobre os desafios da bacia, Paulo Varela destacou que, “são muitos desafios permanentes e que nós buscamos diariamente melhorá-los. Enfrentamos os desafios operacionais, nas dimensões da União ou até mesmo interinstitucional, de sustentabilidade do ponto de vista da cobrança pelo uso da água. Com certeza, estamos buscando caminhos para avançar

em todas essas frentes. Além disso, é preciso destacar a grande solidariedade hídrica que existe entre Rio Grande do Norte e Paraíba, são dois estados que respiram juntos, sobretudo na questão das últimas secas que vivenciamos”.

Ainda sobre as decisões que são tomadas na gestão dos recursos hídricos, o presidente do CBH PPA ressaltou a importância das comissões de alocação. “As decisões na bacia estão sendo tomadas no nível do comitê. Atualmente, a gente não abre e não fecha nenhuma comporta sem que não passe pelas comissões que foram formadas para cada açude. Esse modelo de gestão é muito eficiente”, finalizou ele.

Técnicos realizaram manobra de redução da defluência no Açude Santo Antônio

Técnicos da empresa Project e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs realizaram na manhã do dia 03/05 a manobra de redução da defluência no Açude Santo Antônio, em São João do Sabugi. A ação foi acompanhada pelo coordenador do escritório de apoio ao CBH PPA, Emídio Gonçalves. Após a manobra, a comporta do reservatório ficou operando com 20 L/s.

A redução na defluência do reservatório atende a solicitação da Comissão de Acompanhamento da Alocação de Água do Sistema Hídrico Sabugi, conforme dispõe o ofício nº 013/2021 – CAA Santo Antônio. Além disso, a redução está prevista no Termo de Alocação de Água 2020/2021.

“Vamos ficar com ela liberação de 20 L/s até o final de maio. Após esse

período, fazemos uma avaliação para saber se voltamos para os 40 L/s até chegar o Termo de Alocação de Água 2021/2022, que deve acontecer entre os meses de junho e julho. O nosso objetivo é reservar mais água no açude, mas sem deixar a população que fica a jusante, sem água. É uma população que produz bastante e necessita da água”, destacou Emídio Gonçalves.

Informe do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar - Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Paulo Lopes Varela
Vice-Presidente: Josué Diniz de Araújo
1º Secretário: Waldemir Fernandes de Azevedo
2º Secretário: José Procópio de Lucena

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalistas responsáveis

Marcos Dantas
Geraldo Oliveira